

PLANO DE DISCIPLINA		
Disciplina: Nutrição e Saúde Coletiva	Departamento: DNSP	Código: SNP0054
A disciplina será ofertada para o curso de Nutrição: () integral () noturno (x) integral e noturno		
Professor(es) responsável(eis): Maria de Lourdes Ferreirinha (integral) e Cláudia Bocca (noturno)		
Professor(es) ministrante(s): Cláudia Bocca		
Carga horária*: 75	Crédito teórico*: 5	Crédito prático*: 0
O conteúdo prático será ofertado remotamente: () sim (x) não () parcialmente No caso negativo ou parcialmente, qual será a alternativa para o oferecimento dos créditos práticos? Não possui CH prática pelo PPC, embora na disciplina eu desenvolva atividades práticas		
Pré-requisito*: Avaliação Nutricional, Sociologia da Saúde		
Ementa*: Evolução na organização da atenção à saúde e sua aplicação na ciência da nutrição. Diagnóstico dos principais problemas nutricionais. Planejamento como instrumento de intervenção nutricional em coletividades. Atuação do nutricionista na atenção básica.		
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I: A construção dos conceitos saúde/doença. A organização dos serviços de saúde. A Constituição de 1988 e o Sistema Único de Saúde. Descentralização e Municipalização, NOBs e NOAs. Financiamento do SUS e formas de repasse de recursos. As ações básicas de saúde – Núcleo de Apoio Saúde da Família-NASF. O impacto da distribuição de renda, do saneamento básico e da disponibilidade de alimentos sobre a saúde coletiva.</p> <p>Unidade II: A Política Nacional de Alimentação e Nutrição e os principais problemas nutricionais brasileiros. Políticas e programas governamentais de alimentação e nutrição. Programa de assistência integral à saúde da criança e da mulher, do adolescente, do adulto, do idoso. Alimentação Escolar, Segurança Alimentar e Projeto Fome Zero.</p> <p>Unidade III: A teoria dos Determinantes sociais: modelo de Dahlgren e Whiteheadl. O planejamento dos projetos de intervenção em nutrição. Execução de um modelo.</p>		
<p>Metodologia (descreva a metodologia que será utilizada para créditos teóricos e práticos, quando este se aplicar):</p> <p>Serão realizadas aulas teóricas e teórico-práticas, síncronas e assíncronas, utilizaremos o Google Meet para aulas síncronas, no horário da disciplina, que terão por objetivo também realizar um acompanhamento dos discentes. Serão propostas, como atividades assíncronas, vídeos, visitas a sites, leitura de materiais, estudos dirigidos.</p>		
As atividades serão: () síncronas () assíncronas (x) síncronas e assíncronas Percentual aproximado de atividades: 40% síncronas 60% assíncronas		
Avaliação (indique quantas e quais serão os tipos de avaliações previstas):		

Realização de estudos dirigidos e apresentação de projeto de intervenção (de forma síncrona).

Plataformas digitais: () Moodle (x) Google institucional () Não definido

Bibliografia: A bibliografia a seguir é indicada para a disciplina como uma forma de permitir ao aluno ter um acervo de referências interessantes para a área de alimentação e nutrição em saúde coletiva. No entanto, costuma-se recomendar fortemente a leitura das referências obrigatórias.

Aulas 1, 2 e 3

Obrigatória:

Portilho F, Castañeda M, Castro IRR. A alimentação no contexto contemporâneo: consumo, ação política e sustentabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(1):99-106, 2011.

Alimentando Políticas. A sindemia global da obesidade, desnutrição e mudanças climáticas – relatório da comissão *The Lancet*. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, jan 2019, 15p.

Complementar:

Machado Priscila Pereira, Oliveira Nádia Rosana Fernandes de, Mendes Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saude soc.* [Internet]. 2016 June [cited 2017 Mar 28]; 25(2): 505-515. Link:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902016000200505&lng=en.

Henriques P; Dias PC; Burlandy L. A regulamentação da propaganda de alimentos no Brasil: convergências e conflitos de interesses. *Cad. Saúde Pública* [online]. 2014, vol.30, n.6, pp. 1219-1228.

Fontenelle IA. O mundo de Ronald McDonald: sobre a marca publicitária e a socialidade midiática. *Educ. Pesqui.* [online]. 2002, vol.28, n.1, pp. 137-149. ISSN 1517-9702.

CONSEA. Relatório Final Mesa de Controvérsias sobre Transgênicos. Brasília: CONSEA; 2015.

Martins APB (Org). Publicidade de alimentos não saudáveis: os entraves e as perspectivas de regulação no Brasil. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. Cadernos Idec – Série Alimentos - Volume 2. São Paulo: Idec, 2014.

Monteiro, CA, Castro, IRR. Por que é necessário regulamentar a publicidade de alimentos. *Ciência e Cultura*, 2009, 61 (4): 56-9.

Pereira TN, Nascimento FA, Bandoni DH. Conflito de interesses na formação e prática do nutricionista: regulamentar é preciso. *Ciência e Saúde Coletiva*, 2015.

Santarelli M, Burity V, ET AL. Da democratização ao golpe: avanços e retrocessos na garantia do direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no Brasil. Brasília: FIAN Brasil, 2017. 75 p.

Swinburn B, Kraak VI, Allender S, Atkins VJ, Baker PI, Bogard JR, Brinsden H, Calvillo A, De Schutter O, Devarajan R, Ezzati M, Friel S, Goenka S, Hammond RA, Hastings G, Hawkes C, Herrero M, Hovmand PS, Howden M, Jacks LM, Kapetanaki AB, Kasman M, Kuhnlein HV, Kumanyika SK, Larijani B, Lobstein T, Long MW, Matsudo VKR, Mills SDH, Morgan G, Morshed A, Nece PM, Pan A, Patterson DW, Sacks G, Shekar M, Simmons GL, Smit W, Tootee A, Vandevijvere S, Waterlander WE, Wolfenden L, Dietz WH. The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. *Lancet* 2019; 393(10173):791-846. Link:

[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext?utm_campaign=tlobesity19&utm_source=HubPage](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext?utm_campaign=tlobesity19&utm_source=HubPage)

Lang RMF, Ribas MTGO. O nutricionista e as ações de Nutrição em Saúde. In: Taddei, JA *et al* (orgs).

Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p. 438-453.

ASBRAN. O nutricionista e as políticas públicas. RASBRAN, 2013, 5(1): 86-88.

Vasconcelos FAG. A inserção do nutricionista no Sistema Único de Saúde. In: Taddei, JA *et al* (orgs). Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. p. 423-435.

Homepage da REDENUTRI: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-view_articles.php

Aula 4:

Obrigatória:

ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de; ARRUDA, Ilma Kruse Grande de. Marcos referenciais da trajetória das políticas de alimentação e nutrição no Brasil. Rev. Bras. Saude Mater. Infant., Recife, v. 7, n. 3, p. 319-326, Sept. 2007

Complementar:

Leão MM, Castro IRR. Políticas públicas de alimentação e nutrição. In: Kac G, Sichieri R, Gigante DP. Epidemiologia Nutricional. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Atheneu; 2007. p.519-41.

L'Abbate, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: período de 1940 a 1964. Rev. Nutr., Campinas, v. 1, n. 2, p. 87-138. 1988.

L'Abbate, S. As políticas de alimentação e nutrição no Brasil: a partir dos anos setentas. Rev. Nutr., Campinas, v. 2. n. 1, p. 7-54. 1989.

Baptista TWF. História das Políticas de Saúde no Brasil: a trajetória do direito à saúde. In: Matta GC, Pontes ALM (orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 29-60.

Ponte CF, Falleiros I. Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2010.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde. Brasília: CONASS; 2011. Vasconcelos FAG, Machado ML, Medeiros MAT, Neves JA, Recine E, Pasquim EM. Public policies of food and nutrition in Brazil: From Lula to Temer. Rev Nutr. 2019;32:e180161.

Homepage da Mostra virtual SUS 20 anos:

<http://www.ccms.saude.gov.br/sus20anos/mostra2009/index.html>

Aula 5:

Obrigatória:

Brasil. Ministério da Saúde. Política nacional de alimentação e nutrição. 2ª ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2003.

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde; 2012.

Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição do Setor Saúde. Rev. Saúde Pública 2000, v(1): p. 104-108.

Burlandy L. Segurança alimentar e nutricional e o setor saúde. In: BRASIL. Ministério da saúde. Textos de opinião: temas estratégicos para a política nacional de alimentação e nutrição (PNAN). Brasília: OPAS, 2011. 196 p.

Aulas 7 e 8:

Complementar:

Maluf RSJ. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: Editora Vozes; 2007.

Brasil. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Textos de referência da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília: CONSEA; 2004.

Homepage da FASE: <http://fase.org.br/>

Leão M (org). O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. Brasília: ABRANDH, 2013

Brasil. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Lei no 11.346 (15 de setembro de 2006).

Brasil. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 ago. 2010b. Seção 1, p. 6.

Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011.

Aula 9

Obrigatória:

Alves KPS, Jaime PC. A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional. Ciênc. saúde coletiva 2014, vol.19, n.11, pp. 4331-4340.

Aulas 10 e 11

Complementar:

Senna MCM, Burlandy L, Monnerat GL, Schottz V, Magalhães R. Programa Bolsa Família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira? Katálysis 2007; 10(1): 86-94

Silva MOS. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva 2007; 12(6): 1429-39.

Silva MOS, Yazbek MC, Giovanni, G. A política social brasileira no século XXI. A prevalência dos programas de transferência de renda. 2a ed. São Paulo: Cortez Editora; 2006.

Brasil. Institui as diretrizes para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Portaria no 1.010 (08 de maio de 2006).

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de Atenção Básica. Saúde na Escola. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

Santos LMP. et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 23, n. 11, p. 2681-2693. 2007.

Brasil. Lei no 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília; 2009.

Aula 13

Obrigatória:

Castro IRR, et al. Ações Educativas, programas e políticas envolvidos nas mudanças alimentares. In: Diez-Garcia RW & Cervato-Mancuso. Mudanças alimentares e educação nutricional. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. P. 18-34.

Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Política Nacional de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

Boog MCF. Atuação do nutricionista em saúde pública na promoção da alimentação saudável. Revista Ciência & Saúde 2008; 1(1): 33-42.

Batistella C. Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: Fonseca, AF (org). O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 25-49.

Rasella, D.; Basu, S.; Hone, T.; Paes-Sousa, R.; Ocké-Reis, C.O.; Millet, C.. Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study. Plos Medicine, 15(5), May 2018 link:
<https://journals.plos.org/plosmedicine/article?id=10.1371/journal.pmed.1002570>

Aula 14

Complementar:

Matta GC. Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde. In: Matta GC, Pontes ALM (orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 61-80.

Paim JS, Travassos C, Almeida C, Bahua L, Macinko J. O sistema de saúde brasileiro: história, avanços e desafios. Disponível in: <http://www.thelancet.com/series/health-in-brazil>. Acessado em 06 de janeiro de 2014.

Paim, JS. O que é o SUS?. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009, 148 p.

Brasil. Ministério da Saúde. O SUS de A a Z: garantindo saúde nos municípios. Brasília: Ministério da Saúde; 2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Sistema Único de Saúde/CONASS. Coleção para entender a Gestão do SUS. Brasília, 2011.

Serra CG, Rodrigues PH. O Financiamento da Saúde no Brasil. In: Matta GC, Pontes ALM (orgs). Políticas de saúde: organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 195-225.

Brasil. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. O Financiamento da Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Brasília: CONASS, 2011.

Homepage do SIOPS: <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/siops>

Brasil. Ministério da Saúde. Instrumentos e conceitos. In: Brasil. Ministério da Saúde. Sistema de

planejamento do SUS: uma construção coletiva: instrumentos básicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2009. p. 17-20.

Vieira FS. Avanços e desafios do planejamento no Sistema Único de Saúde. Ciênc. Saúde Coletiva 2009, 14(1): 1565-77.

Aula 15

Obrigatória:

Ministério da Saúde, Organização Panamericana da Saúde, Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, Universidade de Brasília. Curso de autoaprendizado: Redes de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde. Brasília, 2012.

Complementar:

Mendes, EV. As redes de atenção à saúde. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2011.

Aulas 16 a 19

Obrigatória:

Brasil. Política Nacional da Atenção Básica. Ministério da Saúde. Portaria 648, de 28 de março de 2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 de março de 2006.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

Brasil. Ministério da Saúde. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. v. 1. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. (Cadernos de Atenção Básica, n. 39).

Complementar:

Homepage do PenseSUS: <http://pensesus.fiocruz.br/>

Publicações do Ministério da Saúde:

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes>

Randow RMV, et al. Articulação com atenção primária à saúde na perspectiva de gerentes de unidade de pronto-atendimento de unidade de pronto-atendimento. Rev Rene, Fortaleza, 2011; 12(n. esp.): 904-12.

Brasil. Ministério da Saúde. Diretrizes do NASF: Núcleo de Apoio Saúde da Família. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 27) (Série A. Normas e Manuais Técnicos) link:

http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_do_nasf_nucleo.pdf

Brasil. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – Portaria GM/MS no 154/2008.

Abrahão AL, Lagrange V. A visita domiciliar como uma estratégia da assistência no domicílio. In: Morosini MVGC, Corbo ADA (org). Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p 151-172.

Chiaverini DH. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudo e Pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. HumanizaSUS: equipe de referência e apoio matricial / Ministério da Saúde, Secretaria-Executiva, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

Corbo AA, Morosini MVGC, Pontes ALM. Saúde da Família: construção de uma estratégia de atenção à saúde. In: Morosini MVGC, Corbo ADA (org). Modelos de atenção e a saúde da família. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p 69-106.

Brasil. Ministério da Saúde. Programa nacional de melhoria de acesso e da qualidade da atenção básica - PMAQ. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Folder)

Pinto HA, et al. O Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica: Reflexões sobre o seu desenho e processo de implantação. Disponível em: <http://www.receis.icict.fiocruz.br/index.php/receis/article/viewArticle/624/1083>. Acesso em: 11.08.2014

Sistemas Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas. O papel do nutricionista na Atenção Primária à Saúde. Brasília: Sistemas Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas, 2008, 36p.

Assis AMO, et al. O Programa Saúde da Família: contribuições para uma reflexão sobre a inserção do nutricionista na equipe multidisciplinar. Rev. Nutr., Campinas, 15(3):255-266, set./dez., 2002.

Barros CML, Farias Junior G. Avaliação da atuação do nutricionista nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF) do município de Picos/PI. Revista Saúde e Desenvolvimento, 1(1): 140-54; 2012.

Aula 21

Obrigatória:

Coutinho JG. et al. A organização da Vigilância Alimentar e Nutricional no Sistema Único de Saúde: histórico e desafios atuais. Rev Bras Epidemiol 2009; 12(4): 688-99

Nascimento, FA; Silva, AS; Jaime, PC Cobertura da avaliação do consumo alimentar no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional Brasileiro: 2008 a 2013. Rev Bras Epidemiol v. 22, 2019

Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

Batista Filho M, Rissin A. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2003, 19(Sup. 1): S181-S191.

Brasil. Ministério da Saúde, Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN: orientações básicas para coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde, Série A. Normas e Manuais Técnicos, Brasília, 2004.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Brasília: 2008.

Relatórios públicos SISVAN:

http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvan/relatorios_publicos/relatorios.php

Aulas 22 e 23

Obrigatória:

Jaime PC, Silva ACF, Lima AMC, Bortolini GA. Ações de alimentação e nutrição na atenção básica: a

experiência de organização no Governo Brasileiro. Rev. Nutr. 2011; 24(6):809-24.

Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Manual instrutivo das ações de alimentação e nutrição na Rede Cegonha. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Decreto nº 8.552, de 3.11.2015 - Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: aleitamento materno e alimentação complementar. Brasília: Ministério da Saúde, 2009, 112p.

Brasil. Ministério da Saúde. Unicef. Cadernos de Atenção Básica: Carências de Micronutrientes. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 60 p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Brasil. Ministério da Saúde. Manual de condutas gerais do Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Publicações Ministério da Saúde:

<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes>

Brasil. Ministério da Saúde. Manual para implantação do programa peso saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Decreto nº 8.553, de 3.11.2015 - Institui o Pacto Nacional para Alimentação Saudável.

Nilson EAF, et al. Iniciativas desenvolvidas no Brasil para a redução do teor de sódio em alimentos processados. Rev Panam Salud Publica 32(4), 2012.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2006, 108p.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Documento de diretrizes para o cuidado das pessoas com doenças crônicas nas redes de atenção à saúde e nas linhas de cuidado prioritárias. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

Aula 24

Obrigatória:

Recine E. Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva. Brasília: Observatório de Políticas de Segurança e Nutrição, 2013. 64p

Complementar:

Conselho Federal de Nutricionistas. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições. Estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências. Resolução CFN nº 600/2018.

Aula 26

Obrigatória:

Brasil. Ministério da Saúde. Guia alimentar para a população brasileira. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

Complementar:

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2005, 236p.

Homepage da REDENUTRI: http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-view_articles.php

MARANHA, Camila. Processo de construção do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira: consensos e conflitos. 2017. 200 f. Tese (Doutorado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

* Ementa e carga horária total, bem como os créditos teóricos e práticos não poderão ser alteradas, pois teriam que ser mudadas no PPC. Pré-requisito – não poderão ser acrescentados novos.

OBS: Aulas síncronas deverão respeitar os horários das disciplinas previstos em 2020.1. Por exemplo, disciplinas do noturno e integral que forem realizadas juntas, para as aulas síncronas, a turma do integral deverá ter aula no horário do integral e a turma do noturno no horário do noturno (respeitando os dias de aula previstos em 2020.1).